

Inês Alves Vieira

Crenças acerca da Violência Interparental numa amostra da população geral



ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS

**Dissertação de Mestrado em Psicologia
Clínica**

Área de especialização em Terapias
Famíliares e Sistémicas

Coimbra, 2023

Crenças acerca da Violência Interparental numa amostra da população geral

INÊS ALVES VIEIRA

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica
Ramo de Especialização em Terapias Familiares e Sistémicas

Orientadora: Professora Doutora Joana Sequeira

Membros do júri

Presidente: Professor Doutor Henrique Vicente

Arguente: Professora Doutora Inês Pimentel

Coimbra, Julho de 2023

Agradecimentos

Quero começar por agradecer aos meus avós e à minha mãe que me apoiaram em cada quilómetro desta longa caminhada sem nunca deixarem de me proporcionar carinho e apoio emocionais. À Francisca, por ser a irmã mais nova mais inspiradora e motivadora que posso ter e ao meu pai, que certamente ficaria feliz por este momento.

Ao André, por todo o amor, paciência e por me motivar todos os dias a fazer mais e melhor.

À minha afilhada Beatriz por ter sido o melhor que Coimbra me podia ter dado.

Um agradecimento especial às minhas amigas Daniela, Carolina, Maria Inês, e Filipa que me apoiaram ao longo deste tempo, sempre com a presença de uma amizade sincera e repleta de carinho, sem nunca me deixarem baixar os braços.

À Professora Doutora Joana Sequeira, o meu sincero obrigado pela orientação e por todas as conversas encorajadoras que me faziam recarregar baterias e ter mais vontade de continuar.

Queria também deixar um agradecimento muito especial à Professora Doutora Ana Isabel Sani, investigadora na área da vitimologia e coordenadora do Observatório Permanente Violência e Crime que me facultou os recursos necessários para aplicação do seu instrumento.

À Professora Doutora Isabel Marques Alberto e à psicóloga Joana Filipa Amado de Oliveira que me facultaram a Escala de Desejabilidade Social (DESCA) por forma a fazer um despiste de eventuais situações de desejabilidade social, isto é, indivíduos que possam ter prestado respostas pouco honestas para apresentarem uma imagem destacadamente positiva de si próprios.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer a todos os professores que se cruzaram comigo ao longo do meu percurso académico, uma vez que este trabalho é o fruto de todas as aprendizagens que colhi convosco.

Obrigado a todos os que contribuíram para que este momento chegasse.

Resumo

Objetivo: Estudar as crenças sobre a Violência Interparental, de uma amostra da população geral, tendo em consideração aspetos sociodemográficos e familiares.

Metodologia: O presente estudo é de metodologia quantitativa e de natureza transversal. Participaram nesta investigação 251 sujeitos com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos. Os instrumentos aplicados foram o questionário sociodemográfico e familiar, a Escala de Crenças sobre Violência Interparental (ECVI) e a Escala de Avaliação da Desejabilidade Social (DESCA).

Resultados: No geral, os sujeitos têm crenças não legitimadoras da Violência Interparental. Observaram-se diferenças na escala ECVI em função do sexo. Os homens apresentaram crenças mais legitimadoras da VI em relação às mulheres.

A desejabilidade social não teve influência significativa nas respostas dos participantes.

Conclusão: As crenças sociais sobre a Violência Interparental têm sido pouco estudadas e este trabalho é mais um contributo para a área. Conclui-se que as perceções de homens e mulheres são distintas e que os homens têm crenças mais legitimadoras podendo relacionar-se com estereótipos sociais e históricos sobre a violência no geral.

Importa sensibilizar e educar a população para as várias formas de violência e em particular para a VI e os seus impactos nos intervenientes, bem como promover uma abordagem multidisciplinar para a prevenção e intervenção em VI, envolvendo profissionais de várias áreas, como a Psicologia, o Serviço Social, o Direito, a Saúde e a Educação.

Palavras-chave: Violência Interparental; Crenças Sociais; Desejabilidade Social

Abstract

Objective: To study beliefs about Interparental Violence, taking into consideration sociodemographic and familial aspects.

Methodology: The present study is based on quantitative and cross-sectional methodology. A total of 251 subjects aged between 18 and 70 years participated in this research. The instruments used were the Sociodemographic and Familial Questionnaire, the Interparental Violence Beliefs Scale (ECVI) and the Social Desirability Evaluation Scale (DESCA).

Results: In general, subjects hold beliefs that not legitimize Interparental Violence. Differences were observed in the ECVI scale based on gender. Men showed more legitimizing beliefs of VI compared to women.

Social desirability did not have a significant influence on the participants' responses.

Conclusion: Social beliefs about Interparental Violence have been understudied, and this work adds further contribution to the field. It was concluded that men and women present distinct perceptions, with men having more erroneous beliefs potentially related to social and historical stereotypes about violence in general and more legitimizing beliefs. It is important to raise awareness and educate the population about various forms of violence, particularly Interparental Violence, and its impacts on those involved. Moreover, promoting a multidisciplinary approach involving professionals from various fields such as Psychology, Social Work, Law, Health, and Education is essential for prevention and intervention in Interparental Violence.

Keywords: Interparental Violence; Social Beliefs; Social Desirability

Siglas e Acrónimos

VD – Violência Doméstica

VPI – Violência entre Parceiros íntimos

OMS – Organização Mundial de Saúde

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

OPP – Ordem dos Psicólogos Portugueses

ECVI – Escala de Desejabilidade Social

VI – Violência Interparental

DS – Desejabilidade Social

Índice

Inês Alves Vieira	1
Introdução.....	11
Metodologia.....	15
Objetivos.....	15
Participantes	16
Procedimentos.....	18
Instrumentos.....	19
Questionário sociodemográfico e familiar.....	19
Escala de Crenças sobre Violência Interparental (ECVI).....	20
Escala de Avaliação da Desejabilidade Social (DESCA).....	20
Resultados.....	21
Discussão dos Resultados.....	25
Conclusões.....	27
Referências Bibliográficas	30

Índice de Anexos

Anexo 1 - Declaração de Consentimento Informado

Anexo 2 - Análise da Normalidade das variáveis (*Shapiro-wilk* e *Kolmogorov-Smirnov*)

Anexo 3 - Análise da Homogeneidade das variáveis (*teste de Levene*)

Anexo 4 - Questionário de dados socio-demográficos

Anexo 5 - Escala de Crenças sobre Violência Interparental (E.C.V.I)

Anexo 6 - Escala de Avaliação da Desejabilidade Social (DESCA)

Introdução

A violência intrafamiliar/doméstica (VD) e dentro desta dimensão a Violência Interparental (VI) sempre existiu. Porém, apenas recentemente lhe tem sido dada relevância e tem sido considerada um fator de risco para o desenvolvimento infantil.

A VI é “uma forma de violência que ocorre entre homem e mulher, que vivem na mesma casa, podendo estar unidos ou não por laços de conjugalidade. Assim, falamos em Violência Interparental quando pretendemos retratar uma situação de violência entre os pais podendo estes viver juntos e que podem ou não estar casados” (Sani, 2004, p. 13).

Segundo Cunningham e Baker (2004), a VI consiste na forma como a criança observa os comportamentos dos pais, de um para com o outro, e conseqüentemente o modo como pode ser afetada por aqueles, mesmo que de formas distintas.

Para a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP, 2020), a VI é quando a criança vê, ouve ou tem conhecimento de situações de violência entre os pais.

A Organização Mundial de Saúde e Krug (2002), definem a violência como o “uso intencional de força ou poder, através de ameaça ou agressão real, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, prejuízos psicológicos, problemas de desenvolvimento ou privação” (Organização Mundial de Saúde e Krug, 2002, p. 27).

Segundo o Ministério da Saúde (2002), a violência intrafamiliar é descrita em quatro dimensões: 1. A violência física envolve atos de agressão que deixam marcas físicas, psíquicas e afetivas; 2. A violência sexual diz respeito à utilização da sedução/ameaça por parte de um abusador. Não é requerido que haja a prática sexual genital, basta a existência de toques e carícias; 3. A violência psicológica manifesta-se por deprecições que criam sentimentos de inferiorização e minam a autoestima, causando sentimentos de culpa e de insegurança; 4. A negligência que reflete a ausência de cuidados físicos, emocionais e sociais em que existem lacunas nos cuidados necessários ao desenvolvimento físico, moral, cognitivo, psicológico, afetivo e educacional.

Atualmente o Código Penal (2009), já consagra expressamente, no art. 152º - Violência Doméstica, que existe crime de violência doméstica quando existam "maus-tratos físicos e psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais (...) a pessoa de outro ou do mesmo sexo" com quem o agressor "mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem habitação" (Código Penal, 2009, p. 86).

Em Julho de 2021, em contexto de Assembleia da República, foram realizadas alterações na lei 112/2009 do Regime Jurídico da Violência Doméstica em que foi clarificado o estatuto de vítima atribuído às crianças e jovens que assistem a Violência Doméstica.

Para Krug et al. (2002) existem consequências diretas, traumáticas, e ainda consequências indiretas que deterioram a saúde, bem-estar e qualidade de vida dos envolvidos. A maior parte da violência exercida neste contexto é a psicológica e tem consequências para todos os elementos da família ao longo do ciclo vital, incluindo para os filhos que se encontram neste contexto.

A violência tende a ocorrer em casa, no meio que a criança perceciona como sendo seguro e de proteção e envolvendo os pais que são pessoas que a criança vê como figuras de suporte (Sani, 2011).

O menosprezo das crianças expostas à Violência Interparental foi uma realidade durante muito tempo, na medida em que estas eram consideradas “vítimas invisíveis” (Osofsky, 1995).

Atualmente, a vitimação infantil, mais concretamente a vitimação indireta, acontece em crianças expostas aos conflitos interparentais. Os filhos são vítimas indiretas quando estão a ouvir, ou têm conhecimento da violência entre os pais, ou quando, observam marcas de violência, como hematomas e lesões. Nestes casos, a criança em questão, experiência insegurança e medo (Caprichoso, 2010).

Podem ser identificados dois padrões de violência: o hiperconflito, presente quando existe uma constante escalada simétrica; o terrorismo íntimo, quando existe uma dinâmica focada nas desconfianças e na perseguição. No primeiro, os filhos estão mais triangulados do que no segundo, mas, os dois padrões de violência têm impacto negativo significativo para a vida dos filhos (Johnson, 1995).

Em Portugal, segundo os dados do relatório de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de 2021, a exposição das crianças a VD foi considerada a problemática mais sinalizada. Foi ainda possível verificar no relatório CASA 2019, que das 2498 crianças acolhidas, 619 (9,8%) foram em consequência de exposição a VD (Macedo et al, 2020). Assim, podemos constatar que não sendo uma problemática nova, tem vindo a merecer um olhar mais atento.

Em Portugal, não existem dados estatísticos oficiais acerca desta problemática, não sendo possível percecionar o número de crianças expostas a este tipo de violência (Sani, 2011). Porém, existem alguns estudos internacionais que refletem a dimensão da VI.

Kitzmann et al (2003) desenvolveram nos Estados Unidos da América uma meta-análise de 118 estudos, onde concluíram que 63% das crianças que testemunharam VD,

apresentavam problemas de ansiedade, agressividade e interação com o grupo de pares. Roustit et al (2009) estudaram em 2005, 3023 adultos de Paris relativamente à depressão, dependência face ao álcool e tentativas de suicídio. As conclusões finais foram de que os adultos expostos à Violência Interparental na infância, tendem a manifestar problemas de ajustamento psicossocial na vida adulta. No mesmo sentido, Baldry (2003), constatou que 17,4% dos participantes teriam sido expostos a violência entre os pais na infância, o que teve como consequências comportamentos agressivos e de *bullying* e problemas de ajustamentos numa população de 1059 alunos italianos.

Sobre a ocorrência da VI, Thompson et al. (2003) fizeram um estudo onde concluíram que 33,2% e 40,2% de mulheres participantes do Canadá e Estados Unidos da América, respetivamente, expuseram os filhos a violência interparental. Concluíram ainda que esta exposição trouxe problemas emocionais, comportamentos e sociais para as crianças envolvidas.

Existem alguns fatores que podem ser vistos como potenciadores do surgimento deste tipo de violência como por exemplo tratar-se de uma família de um estrato social baixo e desfavorecida economicamente, mas esta problemática ocorre também nas famílias mais favorecidas, apesar de ser socialmente menos visível (Cardoso, 2012). Segundo O’Leary et al (1989), a violência tende a ocorrer quando as crianças ainda são pequenas e a família se encontra na fase do ciclo vital Família com Filhos Pequenos.

Para Sani (2011), as crianças não precisam de experienciar a violência direta para serem profundamente afetadas. O testemunho da violência indireta é suficiente para desencadear sintomatologia e respostas desadaptativas, pois a criança é a mais vulnerável, frágil e indefesa. Tendo esta exposição consequências para o seu ajustamento psicológico (Canha, 2008). O impacto da exposição à violência depende de alguns fatores como a idade, o género e os recursos cognitivos e emocionais das crianças para lidar com a ansiedade, expectativas e o choque (Sani, 2011).

Para Eisikovits et al. (1998), as crianças que vivem diariamente com este ambiente doméstico, desenvolvem mais facilmente visões negativas de si próprias, são afetadas a nível psicológico e podem vir a manifestar problemas sociais e emocionais severos. No entanto, essas respostas podem não ser imediatas e aparecer mais tarde, despertadas por estímulos internos e externos (Sani, 2011).

As respostas à exposição à VI podem organizar-se em processos de internalização ou externalização. Alguns autores afirmam que as raparigas tendem a evidenciar mais facilmente respostas de internalização e que os rapazes, por outro lado, apresentam sobretudo respostas

externalizadas (Sani, 2011). Segundo Rossman et al., (2000), as respostas internalizadas dizem respeito a depressão, ansiedade e baixa autoestima. Por outro lado, Sudermann e Jaffe (1999), referem que a externalização se manifesta através de comportamentos como a hiperatividade e agressividade, o que para Pepler et al., (2000) significa que a criança pode vir a recriar as mesmas estratégias observadas nos seus relacionamentos futuros quer sejam parceiros amorosos, familiares e ou pares. Ainda neste sentido, e de acordo com a Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1987), as crianças expostas a este contexto, aprendem o comportamento através da observação e posteriormente podem, potencialmente, replicar este padrão ineficaz de resolver o conflito, sendo a VI um evento que afeta o desenvolvimento integral da criança.

As crenças que as pessoas têm sobre a violência podem desempenhar um papel crucial na maneira como entendemos a violência nas relações interpessoais. Essas crenças podem ou não justificar esses comportamentos. A forma como uma pessoa interpreta uma determinada situação irá influenciar a forma como age diante dela. Daí a importância do estudo das crenças associadas à violência (Cauffman et al., 2000). Porém, as análises de estudos sobre as crenças relativas à Violência evidenciam que a maioria está focada na Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) e não na VI, e, nalguns casos, a distinção entre as várias formas de violência não é abordada.

Os estudos sobre a VPI evidenciam diferenças sócio-demográficas nas crenças relativamente a este tipo de violência. Num estudo realizado por Neves e Almeida (2019) que tinha como objetivo analisar as crenças de 2029 indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 100 anos de idade relativamente à Violência entre Parceiros Íntimos (VPI), concluiu-se que os homens têm níveis significativamente mais elevados de legitimação da VPI do que as mulheres e que a aceitação/normalização da violência é mais elevada em participantes mais velhos comparativamente aos participantes mais novos. Um estudo levado a cabo por Ferreira (2018) com 112 sujeitos reclusos, concluiu que os sujeitos com menos escolaridade, tendiam mais facilmente a legitimar a violência na relação conjugal. Worden e Carlson (2005) concluíram, num estudo com uma amostra de 1200 participantes residentes em vários estados dos Estados Unidos da América, que as variáveis sociodemográficas idade e sexo se mostraram significativas quando analisadas as crenças sobre a VPI. Participantes do sexo masculino e mais velhos, tendem a legitimar este tipo de violência. Também Han e Kim (2017) realizaram um estudo na Coreia do Sul com 466 participantes. Neste, foi possível verificar que os resultados relativamente às crenças sobre VPI foram significativamente diferentes em função

do género, da idade e das habilitações literárias. Homens, indivíduos mais velhos e indivíduos com menor nível de escolaridade, apresentaram crenças mais legitimadoras em relação à VPI.

Quanto à Violência Interparental (VI) as investigações são escassas. Num estudo conduzido por Cardoso (2012), foram investigadas as crenças de 200 indivíduos Portugueses e concluiu-se que os participantes não legitimam a VI. No entanto, foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas crenças sobre a VI em função do sexo dos sujeitos. Os homens apresentaram crenças mais legitimadoras sobre a VI em comparação com as mulheres. Uma das limitações apontadas pelo estudo foi a possibilidade de os resultados terem sido influenciados pelo fator desejabilidade social, sugerindo que a compreensão das crenças sobre a VI pode ser afetada por esse fator.

No mesmo sentido, o estudo realizado por Lopes (2021), que contou com a participação de 1359 indivíduos Portugueses, concluiu que existiam diferenças estatisticamente significativas nas crenças sobre a VI em função do sexo dos participantes, corroborando a tendência observada anteriormente em que os homens tendem a ter crenças mais legitimadoras em relação à VI, quando comparados com as mulheres. Além disso, foram também encontradas diferenças nas crenças com base na idade e nas habilitações literárias dos participantes. Indivíduos mais jovens e com menos anos de escolaridade apresentaram crenças mais legitimadoras da VI.

A escassez de literatura existente sobre a VI aponta para a necessidade de desenvolvimento de investigação consistente na área. É fundamental construir uma compreensão mais abrangente dos efeitos deste tipo de violência no desenvolvimento e bem-estar das crianças envolvidas. E esta compreensão deverá considerar os discursos e crenças individuais, sociais e culturais que poderão potenciar e legitimar ou não esta forma de violência pois ela tem impactos que atravessam as dimensões micro (sujeitos e família) e macro sistémicos (comunidades, etnias, culturas, etc.)

Este trabalho tem como objetivo a compreensão das crenças acerca da VI em função de variáveis sociodemográficas e familiares numa população da população geral.

Metodologia

Objetivos

Este estudo pretende analisar crenças sociais sobre a Violência Interparental numa amostra da população geral considerando um conjunto de variáveis sociodemográficas e familiares. Os objetivos específicos são:

1. Perceber se as crenças dos participantes sobre a VI são concordantes ou desviantes face à definição de VI.
2. Identificar se existem diferenças nas crenças dos participantes sobre a VI em função do sexo.
3. Identificar se existem diferenças nas crenças dos participantes sobre a VI em função da idade.
4. Identificar se existem diferenças nas crenças dos participantes sobre a VI em função das habilitações literárias.
5. Identificar se existem diferenças nas crenças dos participantes sobre a VI em função da ocupação profissional.
6. Identificar se existem diferenças nas crenças dos participantes sobre a VI em função do estado civil.
7. Identificar se existem diferenças nas crenças dos participantes sobre a VI em função da existência ou não de filhos.
8. Identificar se existem diferenças nas crenças dos participantes sobre a VI em função da tipologia familiar em que vivem.
9. Identificar se existem diferenças nas crenças dos participantes sobre a VI em função do meio onde residem.
10. Identificar se existem diferenças nas crenças dos participantes sobre a VI em função do rendimento familiar mensal.
11. Analisar se as respostas dos participantes foram influenciadas pelo fator Desejabilidade Social (DS).

Participantes

Participaram 251 sujeitos Portugueses com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos. As características sociodemográficas dos participantes encontram-se na Tabela 1. A maioria dos sujeitos é do sexo feminino (N = 202; 80,5%). Quanto à idade, a faixa etária mais representada foi de 18 a 29 anos (N = 107; 42,6%). Em relação às habilitações literárias, grande parte possuía ensino superior (N = 117; 46,6%). A maioria dos participantes trabalham no setor terciário (N = 133; 52,6%) que corresponde a serviços, formais ou informais, prestados nas mais diversas áreas e atividades comerciais. O estado civil mais representado é o Solteiro (N = 143; 57,0%)

Tabela 1*Caracterização socio demográfica dos participantes (N = 251)*

Variável	N	%	Moda
Sexo			
Feminino	202	80,5%	Feminino
Masculino	49	19,5%	
Idade			
18 aos 29 anos (n = 107)	107	42,6%	18 aos 29 anos
30 aos 39 anos (n = 29)	29	11,6%	
40 aos 49 anos (n = 58)	58	23,1%	
Mais de 50 anos (n = 57)	57	22,7%	
Habilitações Literárias			
Ensino Primário (n = 2)	2	0,8%	Ensino Superior
Ensino Básico (n = 17)	17	6,8%	
Ensino Secundário (n = 77)	77	30,7%	
Ensino Superior (n = 117)	117	46,6%	
Ensino Pós – Graduado (n = 38)	38	15,1%	
Ocupação Profissional			
Estudante (n = 83)	83	33,1%	Trabalhador do Setor Terciário
Desempregado (n = 9)	9	3,6%	
Trabalhador do Setor Secundário (n = 26)	26	10,4%	
Trabalhador do Setor Terciário (n = 133)	133	53,0%	
Estado Civil			
Solteiro	143	57,0%	Solteiro
Casado/União de facto	88	35,1%	
Divorciado/Separado	16	6,4%	
Viúvo	4	1,6%	

Nota. N = amostra total; n = nº de participantes; % = percentagem de participantes; Setor Secundário = trabalhadores da indústria; Setor Terciário = Serviços, formais ou informais, prestados nas mais diversas áreas e atividades comerciais

Em relação à caracterização familiar dos participantes (Tabela 2), a maioria não tem filhos (N = 141; 56,2%). Grande parte dos participantes vive numa família nuclear intacta (N = 175; 69,7%) e reside em áreas urbanas (N = 91; 36,3%). Cerca de metade dos participantes ocupa na sua família a posição de filho/filha (N = 113; 47,7%). Em termos de rendimento familiar mensal, 75 participantes (29,9%), auferem rendimentos familiares entre 1000€ e 1500€, seguindo-se 62 participantes com rendimentos entre 1500€ e 2000€ (24,7%).

Tabela 2*Caracterização familiar dos participantes (N = 251)*

Variável	N	%	Moda
Tem Filhos?			
Não	141	56,2%	Não
Sim	110	43,8%	
Tipologia Familiar			
Agregado Unipessoal	14	5,6%	Família Nuclear Intacta
Família Nuclear Intacta	175	69,7%	
Família Alargada	13	5,2%	
Família Monoparental	42	16,7%	
Família Reconstituída	7	2,8%	
Meio de Residência			
Meio Rural	90	35,9%	Meio Urbano
Meio Urbano	91	36,3%	
Meio Semi-urbano/Periferia	70	27,9%	
Posição no Agregado Familiar			
Pai/Mãe	94	39,7%	Pai/Mãe
Filho/Filha	113	47,7%	
Cônjuge/Companheiro/a	30	12,7%	
Rendimento Familiar Mensal			
Até 1000€	34	13,5%	Entre 1000€ e 1500€
Entre 1000€ e 1500€	75	29,9%	
Entre 1500€ e 2000€	62	24,7%	
Entre 2000€ e 3000€	50	19,9%	
Mais de 3000€	30	12,0%	

Nota. N = amostra total; n = nº de participantes; % = percentagem de participantes;

Procedimentos

O presente estudo é de metodologia quantitativa e de natureza transversal, na medida em que os dados foram recolhidos num único e determinado período de tempo (Pocinho, 2012).

A metodologia quantitativa implica “um conjunto de métodos que apela para procedimentos matemáticos, mesmo no estudo dos fenómenos sociais e humanos, cujo objetivo primordial é a medição de tais fenómenos” (Pocinho, 2012, p.32).

A recolha dos dados foi realizada entre março e junho de 2023 através de um questionário online no *Google Forms* e partilhado nas redes sociais, mais concretamente no *Facebook* e *Instagram*. O método de amostragem foi não probabilístico por conveniência, bola de neve (Vinuto, 2014).

Os participantes deram o seu consentimento informado. Este consentimento esclarece os objetivos do estudo, os critérios de participação e o processo de tratamento confidencial e anónimo dos dados recolhidos, obedecendo às regras da Declaração de Helsínquia e às normas da Ordem dos Psicólogos Portugueses (Anexo 1).

Os dados recolhidos foram tratados e analisados por meio do programa informático *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS versão 26 – que é um *software* direcionado para a elaboração de análise estatística. No presente programa, foram realizadas análises descritivas, correlacionais e inferenciais.

Com o objetivo de avaliar a fidelidade e validade internas das escalas utilizadas, procedeu-se à análise da Consistência Interna através do *Alfa de Cronbach*. Foram realizados testes de normalidade *Shapiro-wilk* e *Kolmogorov-Smirnov* que refletiram a anormalidade da distribuição das variáveis (Anexo 2). Ainda assim, com base no tamanho da amostra e nos pressupostos da análise de variância (*ANOVA*), prosseguiu-se para a análise do critério da homogeneidade das variáveis através do *teste de Levene* (Anexo 3). Nesta análise, foi suscetível de compreender que relativamente às variáveis sexo, ocupação profissional, filhos e posição no agregado familiar assistimos a um valor de (sig) $p < 0,05$, o que se traduz na falta de homogeneidade das variáveis em questão, o que consequentemente pode vir a trazer limitações no que aos resultados e conclusões do presente estudo diz respeito.

Instrumentos

O protocolo de investigação é composto por um questionário de dados sociodemográficos e familiares, a *Escala de Crenças sobre Violência Interparental* (EVCI) elaborada por Sani (2010) e a *Escala de Avaliação da Desejabilidade Social* (DESCA), construída por Alberto, Oliveira e Fonseca (2012).

Questionário sociodemográfico e familiar

O questionário sociodemográfico elaborado para este estudo (Anexo 4), contém informações sobre aspetos pessoais, sociodemográficos (*e.g.* género, idade, habilitações literárias, ocupação profissional e estado civil) e familiares (*e.g.* existência de filhos, tipologia de agregado familiar, posição no agregado familiar, meio de residência e rendimento familiar mensal).

Escala de Crenças sobre Violência Interparental (ECVI)

A ECVI (Anexo 5), desenvolvida por Sani em 2010, é um instrumento que permite avaliar as crenças e percepções dos sujeitos em relação à VI. As afirmações apresentam ideias errôneas sobre a VI (e.g. 1 - “Não há propriamente um mau trato à criança, pois ela não é a vítima”; 17 - “As crianças não estão em perigo porque a violência não é sobre elas”; 23 - “Os profissionais devem intervir apenas com os pais e não com a criança”) e os sujeitos cotam numa escala tipo *Likert* entre 1 a 5 estas afirmações, em que 1=Discordo completamente e 5=Concordo completamente. A pontuação final total foi obtida através do somatório das cotações dos itens. A pontuação total mínima é 23 e a máxima é de 115. Quanto mais alta a pontuação, maior o grau de concordância com as alíneas e as crenças são mais legitimadoras sobre a VI.

Na Tabela 5, é possível observar o valor de 0,87 do *Alfa de Cronbach* obtido na validação da ECVI realizada por Cardoso (2012), bem como o valor de 0,81 nesta investigação, o que se traduz numa consistência interna boa.

Tabela 5

Coeficiente da Consistência Interna da ECVI

	<i>Alfa de Cronbach</i>
Alfa de Cronbach	0,81
Alfa de Cronbach (Cardoso, 2012)	0,87

Escala de Avaliação da Desejabilidade Social (DESCA)

A DESCA, contruída por Alberto, Oliveira e Fonseca em 2012, (Anexo 6) é um instrumento que permite avaliar a DS e é constituído por 15 itens de resposta tipo *Likert* de 1 a 4 em que: 1= Discordo completamente e 4= Concordo completamente, sendo que o item 12 cota inversamente. O questionário apresenta 3 fatores: a busca de aprovação social (BAS), a gestão de imagem social (GIS) e a dependência relacional (DR). Quanto mais alta a pontuação, maior concordância com as alíneas e os indivíduos apresentam maiores valores de DS e consequentemente tenham mais necessidade de aprovação social.

Na Tabela 6, é possível observar o valor de 0,88 do *Alfa de Cronbach* obtido na validação da DESCA realizada por Oliveira (2013), bem como o valor de 0,85 nesta investigação, o que se traduz numa consistência interna boa.

Na Tabela 7, estão detalhados os fatores bem como os itens associados.

Tabela 6*Coeficiente da Consistência Interna da DESCa*

	<i>Alfa de Cronbach</i>
Alfa de Cronbach	0,85
Alfa de Cronbach (Oliveira, 2013)	0,88

Tabela 7*Distribuição dos itens pelos fatores da DESCa*

Fatores	Itens	N.º total de itens
Busca de Aprovação Social (BAS)	6, 7, 9, 11, 14, 15	6
Gestão de Imagem Social (GIS)	3, 8, 10, 12, 13	5
Dependência Relacional (DR)	1, 2, 4, 5	4

Resultados**Crenças relativamente à VI (ECVI)**

Foi realizada uma análise descritiva da escala ECVI com o objetivo de caracterizar as crenças dos participantes sobre a VI – se legitimam ou não a violência - (Tabela 8). Quanto aos valores mínimo e máximo, estes foram 23 e 46, respetivamente, o que significa que a pontuação mínima total de um participante é de 23 e que a pontuação máxima registada por outro participante é de 46. Foi obtido um valor médio geral de 25,08 (mínimo = 23 e máximo = 46). Isto significa que os sujeitos apresentam crenças não legitimadoras sobre a VI. Foi ainda obtido um valor geral de desvio-padrão de 3,58, o que significa que os valores individuais dispersam 3,58 da média dos valores gerais.

Tabela 8*Análise descritiva dos itens da ECVI (N = 251)*

	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
ECVI_Total	23	46	25,08	3,58

Nota. N = amostra total; M = Média; DP = Desvio-Padrão

Foram analisados os resultados dos itens do questionário em função das variáveis independentes sociodemográficas e familiares, sendo estas: género, idade, habilitações literárias, ocupação profissional, estado civil, existência de filhos, tipologia familiar, posição no agregado familiar e rendimento familiar mensal. Para esta análise recorreu-se à aplicação dos testes paramétricos *t para amostras independentes*, para as variáveis com 2 categorias – sexo e filhos - e *One-Way Anova* para as restantes variáveis que possuem 3 ou mais categorias.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas associadas à variável independente sexo. Relativamente às outras variáveis, embora existam diferenças nos valores médios, estes são baixos.

As diferenças estatisticamente significativas associadas à variável sexo ($t = -3,89$; $p = 0,000$), refletiram que os homens apresentaram crenças mais legitimadoras da violência ($M = 26,82$) quando comparados com as mulheres ($M = 24,65$). Uma vez que foi utilizado o teste *t para amostras independentes*, foi aplicada a fórmula do *Cohen's d* para calcular o tamanho do efeito da diferença estatisticamente significativa. O valor obtido foi de 0,61 o que se traduz num tamanho do efeito grande, existindo uma diferença grande entre as médias dos grupos.

Embora sem diferenças estatisticamente significativas, observou-se que quem apresenta as crenças menos legitimadoras de VI são as pessoas com mais de 50 anos de idade ($M = 24,32$), os participantes que têm ensino superior ($M = 24,60$), os trabalhadores do setor secundário ($M = 24,96$) e os sujeitos casados/em união de facto ($M = 25,03$) (Tabela 9). Quanto aos fatores familiares (Tabela 10), os sujeitos com filhos ($M = 25,01$), com família de tipologia nuclear intacta ($M = 24,97$), na posição de cônjuge/companheiro/a ($M = 24,77$), habitantes do meio semi-urbano ($M = 24,77$) e com rendimento familiar mensal entre os 2000€ e os 3000€ ($M = 24,10$) são também os que apresentam as crenças menos legitimadoras relativamente à VI.

Tabela 9

Resultados EVCI – sexo, idade, habilitações literárias, ocupação profissional e estado civil (N = 251)

Sexo (N = 251)	M	DP	t = - 3,89**
Feminino (n = 202)	24,65	2,77	
Masculino (n = 49)	26,82	5,57	
Idade (N = 251)	M	DP	F = 1,24^{NS}
18 aos 29 anos (n = 107)	25,01	0,32	
30 aos 39 anos (n = 29)	25,46	0,87	
40 aos 49 anos (n = 58)	25,54	0,62	
Mais de 50 anos (n = 57)	24,32	0,32	
Habilitações Literárias (N = 232) ***	M	DP	F = 4,21^{NS}
Ensino Secundário (n = 77)	25,96	0,57	
Ensino Superior (n = 177)	24,60	0,29	
Ensino Pós-Graduado (n = 38)	24,61	0,33	
Ocupação Profissional (N = 242) ***	M	DP	F = 0,19^{NS}
Estudante (n = 83)	25,22	0,45	
Trabalhador Setor Secundário (n = 26)	24,96	0,78	
Trabalhador Setor Terciário (n = 133)	25,01	0,31	
Estado Civil (N = 231) ***	M	DP	F = 0,00^{NS}
Solteiro (n = 143)	25,04	0,28	
Casado/União de facto (n = 88)	25,03	0,42	

Nota. N = amostra total; n = nº de participantes; M = Média; DP = Desvio – Padrão; F = ANOVA; t = T de Student; * p < 0,05;

** p < 0,01; ^{NS} = Não significativo; *** Os grupos de sujeitos Ensino Primário, Ensino Básico, Desempregado,

Divorciado/separado e Viúvo foram retirados das análises por terem N reduzido.

Tabela 10

Resultados EVCI – filhos, tipologia de agregado familiar, posição no agregado, meio de residência e rendimento familiar mensal (N = 251)

Filhos (N = 251)	M	DP	<i>t</i> = - 0,02^{NS}
Não (<i>n</i> = 141)	25,07	0,31	
Sim (<i>n</i> = 110)	25,01	0,36	
Tipologia Agregado (N = 217) ***	M	DP	<i>F</i> = 0,40^{NS}
Família Nuclear Intacta (<i>n</i> = 175)	24,97	0,27	
Família Monoparental (<i>n</i> = 42)	25,36	0,66	
Posição Agregado (N = 251)	M	DP	<i>F</i> = 0,81^{NS}
Pai/Mãe (<i>n</i> = 94)	25,28	0,44	
Filho/Filha (<i>n</i> = 113)	24,92	0,29	
Cônjuge/Companheiro/a (<i>n</i> = 30)	24,77	0,58	
Meio de Residência (N = 251)	M	DP	<i>F</i> = 1,07^{NS}
Meio Rural (<i>n</i> = 90)	24,97	0,40	
Meio Urbano (<i>n</i> = 91)	25,34	0,46	
Meio Semi-Urbano (<i>n</i> = 70)	24,77	0,32	
Rendimento Familiar Mensal (N = 251)	M	DP	<i>F</i> = 1,15^{NS}
Até 1000€ (<i>n</i> = 34)	27,13	1,10	
Entre 1000€ e 1500€ (<i>n</i> = 75)	24,97	0,35	
Entre 1500€ e 2000€ (<i>n</i> = 62)	25,21	0,49	
Entre 2000€ e 3000€ (<i>n</i> = 50)	24,10	0,30	
Mais de 3000€ (<i>n</i> = 30)	24,21	0,42	

Nota. N = amostra total; n = nº de participantes; M = Média; DP = Desvio – Padrão; F = ANOVA; t = T de Student; * = $p < 0,05$; ** = $p > 0,05$; * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; ^{NS} = Não significativo; *** Os grupos de sujeitos Agregado Unipessoal, Família Alargada e Família Reconstituída foram retirados das análises por terem N reduzido.

Desejabilidade Social (DESCA)

Quanto à análise descritiva da escala (Tabela 11) fator 1 “Busca de Aprovação Social”, foi obtido um valor médio de 9,0, dentro de uma amplitude entre 6,0 e 24,0. No fator 2 “Gestão de Imagem Social” obteve-se uma cotação de 9,9, dentro de uma amplitude entre 5,0 e 20,0. No fator 3 “Dependência Relacional” foi obtido um valor médio de 7,7, numa amplitude entre 4,0 e 16,0. O valor médio total da escala foi de 31,8, num intervalo entre o valor mínimo de 15,0 e o valor máximo de 60,0, o que permite afirmar que as respostas à ECVI não foram influenciadas pelo fator Desejabilidade Social.

Tabela 11

Análise descritiva dos valores da Escala de Avaliação da Desejabilidade Social (N = 251)

Fatores	M	Amplitude	DP
Fator_1			
Busca de Aprovação Social (BAS)	9,0	6,0 – 24,0	2,96
Fator_2			
Gestão de Imagem Social (GIS)	9,9	5,0 – 20,0	2,06
Fator_3			
Dependência Relacional (DR)	7,7	4,0 – 16,0	1,92
DESCA_Total	31,8	15,0 – 60,0	6,73

Nota. N = amostra total; M = Média; DP = Desvio – Padrão

Discussão dos Resultados

O presente estudo teve como objetivo investigar as crenças sociais sobre a Violência Interparental em função de características sociodemográficas e familiares de uma amostra da população geral.

Os resultados obtidos, indicaram que, de forma geral, as crenças dos participantes são não legitimadoras da Violência Interparental. Este resultado é consistente com os estudos anteriores realizados por Cardoso (2012) e Lopes (2021), onde também foi observada a não legitimação dos sujeitos relativamente à VI. Este resultado pode sugerir que as estratégias/intervenções educacionais e programas de prevenção já existentes estão a contribuir para uma maior consciencialização e compreensão da natureza prejudicial deste tipo de violência nas dinâmicas familiares e no bem-estar das crianças envolvidas. Pode ainda indicar que estas estratégias estão a influenciar positivamente as atitudes da sociedade em relação à

VI, levando a uma mudança cultural em que a Violência Interparental é cada vez menos tolerada e legitimada.

Por outro lado, as análises revelaram uma diferença estatisticamente significativa nas crenças entre homens e mulheres, onde os homens demonstraram crenças mais legitimadoras da VI, corroborando os estudos anteriores de Cardoso (2012) e Lopes (2021), que também encontraram diferenças relacionadas com o sexo. Esta tendência pode indicar que existem, ainda, estereótipos de género que perpetuam visões distorcidas sobre a VI.

Segundo o relatório anual de 2022 da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2022), das 14.688 vítimas, 77,7% são mulheres. O que pode significar que as mulheres, sendo mais vítimas de violência, estão mais alerta para este fenómeno e acabem por legitimar menos a VI.

Contrariamente ao resultado obtido por Lopes (2021), não se verificaram diferenças significativas nos valores da ECVI em função da idade, das habilitações literárias e restantes variáveis sociodemográficas e familiares investigadas.

Embora sem diferenças estatisticamente significativas, foram observadas diferenças entre as médias dos grupos.

Os indivíduos casados/em união de facto, com filhos, de famílias com tipologia nuclear intacta e com a posição no agregado de cônjuge/companheiro/a apresentaram crenças menos legitimadoras de VI. É possível que, a convivência com o companheiro/a e os filhos possa tornar estes participantes mais sensíveis às questões familiares e mais conscientes relativamente aos desafios e consequências que a violência pode ter sobre a família como um todo.

Por outro lado, os estudantes e solteiros, apresentaram crenças mais legitimadoras da VI. Estes participantes, podem ter uma experiência de vida mais limitada no que diz respeito a relacionamentos familiares e problemas conjugais. A falta de experiência pessoal em relacionamentos de longo prazo e dinâmicas familiares pode levar a uma compreensão menos precisa da complexidade da VI.

Também os participantes com rendimentos familiares mensais mais baixos (até 1000€), apresentaram crenças mais legitimadoras desta tipologia de violência. Famílias com rendimentos mais baixos, enfrentam problemas financeiros que podem levar a conflitos familiares e, em alguns casos, a situações de violência. Os indivíduos neste contexto podem legitimar a violência, utilizando-a como uma forma de resolver as dificuldades, levando a crenças equivocadas sobre a VI.

No que diz respeito à análise da Escala de Avaliação da Desejabilidade Social (DESCA), os resultados indicam que as respostas dos participantes à ECVI não foram

significativamente influenciadas pela tendência de responder o socialmente aceite, o que sugere que as respostas dos participantes refletem de facto as suas crenças reais, não estando sujeitos a enviesamentos sociais, o que aumenta a validade dos resultados obtidos.

Conclusões

A escassez de estudos sobre VI pode ser atribuída à falta de consciência da sociedade sobre o impacto que a violência no subsistema parental pode ter nas crianças. No entanto, considera-se que esta pesquisa contribui para preencher essa lacuna na literatura, fornecendo informações relevantes sobre as crenças dos participantes no que à VI, e a sua relação com as variáveis sociodemográficas e familiares, diz respeito.

De forma geral, os resultados corroboraram os estudos Portugueses levados a cabo até então, refletindo a não legitimação dos participantes relativamente à VI. Observou-se que os homens têm crenças mais legitimadoras da violência, quando comparados às mulheres. Este resultado, destaca a importância de intervenções e programas de consciencialização voltados para a população masculina que visem a desconstrução de estereótipos e a promoção de relacionamentos mais saudáveis.

Os resultados obtidos podem ser interpretados com alguma validade uma vez que segundo os resultados do DESCA, os participantes não responderam ao questionário de acordo com a desejabilidade social.

É importante abordar as limitações deste trabalho. O presente estudo apresenta uma limitação relacionada ao método de recolha de dados uma vez que o questionário foi aplicado online tendo por isso apenas acesso a sujeitos com algum grau de literacia.

O tamanho da amostra é também uma limitação do presente estudo ($N = 251$). A amostra é pouco heterogénea quanto às características sociodemográficas dos participantes (sexo, estado civil, idade, profissão, etc) o que pode limitar a generalização dos resultados para a população em geral. Assim, considera-se que uma amostra maior poderia fornecer uma visão mais abrangente e representativa do fenómeno em estudo.

Existem algumas limitações demonstradas pelos resultados dos *testes de Levene* que apontaram falta de homogeneidade nas variáveis sexo, ocupação profissional, existência de filhos e posição no agregado familiar. Estas limitações podem ter impacto na generalização dos resultados, o que deve ser um fator a ter em conta em estudos futuros.

Porém, os resultados destacam a importância de considerar as influências sociodemográficas e familiares na compreensão da VI.

Em futuras pesquisas devem ser exploradas outras variáveis sociodemográficas e familiares utilizando amostras mais representativas e métodos de pesquisa mais robustos.

É importante considerar a diversidade cultural e contextos específicos ao investigar as crenças sociais sobre VI, de modo a obter uma compreensão mais abrangente deste fenómeno.

Pretendeu-se com este estudo contribuir para o reconhecimento que a Violência Interparental deverá ser foco de preocupação da comunidade científica e geral e serem alargadas as estratégias de prevenção e intervenção neste contexto.

Devemos caminhar no sentido de eliminar a tolerância social ainda existente perante este acontecimento em meio familiar e criar espaço para mais denúncias às entidades competentes.

A abordagem multidisciplinar na compreensão e intervenção face à VI será a mais ajustada e deverá implicar colaboração entre profissionais da Psicologia, Serviço Social, Direito, Saúde e Educação.

Referências Bibliográficas

- APAV. (2022). *Estatísticas APAV: Relatório Anual 2022*. Editora APAV.
- Baldry, A. C. (2003). Bullying in the schools and exposure to domestic violence. *Child Abuse & Neglect*, 27 (7), 713-732. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(03\)00114-5](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(03)00114-5)
- Bandura, A., O'Leary, A., Taylor, C. B., Gauthier, J., & Gossard, D. (1987). Perceived self-efficacy and pain control: opioid and nonopioid mechanisms. *Journal of personality and social psychology*, 53(3), 563. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.53.3.563>
- Canha, J. (2008). A criança vítima de violência. In R. A. Gonçalves e C. Machado (orgs.), *Violência e Vítimas de Crime*, vol. II. 3ª Edição. (p. 17-37). Quarteto Editora.
- Caprichoso, D. R. D. O. (2010). *Percepção de crianças expostas à violência interpaparental* [Dissertação de Doutoamento]. Universidade Fernando Pessoa, Porto. <http://hdl.handle.net/10284/1638>
- Cardoso, D. F. D. C. P. (2012). *A percepção social da violência interpaparental*. [Dissertação de Doutoamento]. Universidade Fernando Pessoa, Porto. <http://hdl.handle.net/10284/3338>
- Cauffman, E., Feldman, S. S., Jensen, A. L. & Arnett, J. J. (2000). The (un) acceptability of violence against peers and dates. *Journal of Adolescent Research*, 15(6), 652-673. <https://doi.org/10.1177/0743558400156003>
- Cunningham, A. & Baker, L. (2004). *What about me! Seeking to understand the child's view of violence in the family*. London, ON: Centre for Children and Families in the Justice System. <https://www.acesdv.org/wp-content/uploads/2014/06/What-About-Me.pdf>
- Eisikovits, Z., Winstok, Z., & Enosh, G. (1998). Children's experience of interpaparental violence: A heuristic model. *Children and Youth Services Review*, 20(6), 547-568. [https://doi.org/10.1016/s0190-7409\(98\)00025-5](https://doi.org/10.1016/s0190-7409(98)00025-5)

- Espírito Santo, H., & Daniel, F. (2018). Calcular e apresentar tamanhos do efeito em trabalhos científicos (3): Guia para reportar os tamanhos do efeito para análises de regressão e ANOVAs (Calculating and Reporting Effect Sizes on Scientific Papers (3): Guide to Report Regression Models and ANOVA Effect Sizes). *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, 4(1), 43-60. <https://doi.org/10.31211/rpics.2018.4.1.72>
- Ferreira, I. F. D. C. (2018). *Exposição à violência conjugal, crenças legitimadoras e perpetração (reclusos vs. não reclusos)*. [Dissertação de Doutoramento]. Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.12/6844>
- Han, Y., Jeong, G., & Kim, S.-J. (2017). Factors influencing beliefs about intimate partner violence among adults in South Korea. *Public Health Nursing*, 34(5), 412– 421. <https://doi.org/10.1111/phn.12326>
- Kitzmann, K. M., Gaylord, N. K., Holt, A. M. & Kenny, E. D. (2003). Child witnesses to domestic violence: A meta analytic review. *Journal of consulting and clinical psychology*, 71(2), 333-352. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.71.2.339>
- Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). The world report on violence and health. *The lancet*, 360(9339), 1083-1088. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(02\)11133-0](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(02)11133-0)
- Johnson, M. P. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: Two forms of violence against women. *Journal of Marriage and the Family*, 57(May), 283–294. <https://doi.org/10.2307/353683>
- Lopes, C. R. (2021). *Experienciando a violência interparental: crenças da sociedade na legitimação do fenómeno*. [Dissertação de Doutoramento]. Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.12/8412>
- Macedo, D., Silva, P., & Banhudo, S. (2020). *CASA 2019 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. <https://www.seg->

social.pt/documents/10152/17405298/Relat%C3%B3rio%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee

Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. (2002). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde.

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

Neves, A., & Almeida, I. (2019). Beliefs about Intimate Partner Violence: Gender and Generation Effects. *Sciendo*. <https://doi.org/10.2478/9788395669682-006>

Oliveira, J. (2013). *Estudos de validação da Escala de Desejabilidade Social – DESCA*. [Dissertação de Doutoramento]. Universidade de Coimbra, Coimbra.

<http://hdl.handle.net/10316/24861>

Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2020). *A exposição das crianças à violência interparental*.

https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/covid19_doc_violencia_interparental.pdf

Organização Mundial de Saúde, & Krug, E. G. (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde (pp. 125-42). Genebra: Organização Mundial da Saúde. <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>

Osofsky, J. D. (1995). Children who witness domestic violence: The invisible victims.

Society for Research in Child Development, IX(3), 1-20.

<https://doi.org/10.1002/j.2379-3988.1995.tb00035.x>

Código Penal. (2009). Consultado em 16 de julho de 2023, através de <https://www.legix.pt/>

Pocinho, M. (2012). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lidel.

Rossmann, B. B., & Ho, J. (2000). Posttraumatic response and children exposed to parental violence. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 3(1), 85-106.

https://doi.org/10.1300/j146v03n01_07

Roustit, C., Renahy, E., Guernec, G., Lesieur, S., Parizot, I. & Chauvin, P. (2009). Exposure to interparental violence and psychosocial maladjustment in the adult life course: advocacy for early prevention. *Journal of Epidemiol & Community Health*, 63, 563-568. <https://doi.org/10.1136/jech.2008.077750>

Sani, A. I. M. (2004). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. [Dissertação de Doutoramento]. Universidade do Minho <https://hdl.handle.net/1822/6958>

Sani, A. I. (2011). *Crianças vítimas de violência: Representações e impacto do fenómeno*. Edições Universais Fernando Pessoa.

Sani, A. I., & Carvalho, C. (2018). Violência Doméstica e Crianças em Risco: Estudo Empírico com Autos da Polícia Portuguesa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e34417>

Silva, L. (1995). Os jovens e a aprendizagem da violência na família: Filho de peixe sabe nadar. *Análise Psicológica*, 1(2), 157-162. <https://core.ac.uk/download/pdf/95049156.pdf>

Sudermann, M., & Jaffe, P. (1999). *A handbook for health and social service providers and educators on children exposed to woman abuse/family violence*. Minister of Public Works and Government Services. <https://publications.gc.ca/collections/Collection/H72-21-163-1998E.pdf>

Thompson, M. P., Saltzman, L. E. & Johnson, H. (2003). A comparison of risk factors for intimate partner violence-related injury across two national surveys on violence against women. *Violence Against Women*, 9, 438-457. <https://doi.org/10.1177/1077801202250955>

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203–220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

Worden, A. P., & Carlson, B. E. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey: II. Beliefs about causes. *Journal of interpersonal violence*, 20(10), 1219-1243. <https://doi.org/10.1177/088626050527853>

ANEXOS

Anexo 1 - Declaração de Consentimento Informado

Declaração de Consentimento Informado

A Violência Interparental é um fenómeno social com impacto e relevante na sociedade em que vivemos atualmente. Construir uma abordagem científica sobre o mesmo é fundamental para a definição de medidas de intervenção ajustadas.

Esta investigação pretende identificar as crenças e perceções sociais sobre a Violência Interparental.

Poderá participar neste estudo se tiver mais de 18 anos e for de nacionalidade Portuguesa.

A sua participação é muito importante e voluntária. As respostas são totalmente confidenciais e anónimas. Em nenhum momento deste questionário será solicitada a sua identificação.

Caso aceite participar, solicitamos-lhe que responda às questões colocadas, selecionando a opção que melhor corresponde à sua opinião. Relembramos que não existem respostas certas ou erradas.

Os resultados obtidos serão utilizados para a elaboração de uma dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica no Instituto Superior Miguel Torga.

Agradecemos desde já a sua colaboração e disponibilidade.

A equipa de investigação,

Mestranda Inês Vieira – inesa.vieira@hotmail.com

Professora Doutora Joana Sequeira – joanasequeira@ismt.pt

Anexo 2 – Análise da Normalidade das variáveis (*Shapiro-wilk* e *Kolmogorov-Smirnov*)

Análise da normalidade da distribuição das variáveis (N = 251)

	<i>Kolmogorov - Smirnov</i>	<i>Shapiro – Wilk</i>
Variável	Sig (p)	Sig (p)
Sexo		
Feminino (n = 202)	0,000	0,000
Masculino (n = 49)	0,000	0,000
Idade		
18 aos 29 anos (n = 107)	0,000	0,000
30 aos 39 anos (n = 29)	0,000	0,000
40 aos 49 anos (n = 58)	0,000	0,000
Mais de 50 anos (n = 57)	0,000	0,000
Habilitações Literárias		
Ensino Primário (n = 2)	0,000	0,000
Ensino Básico (n = 17)	0,000	0,000
Ensino Secundário (n = 77)	0,000	0,000
Ensino Superior (n = 117)	0,000	0,000
Ensino Pós – Graduado (Mestrado ou Doutoramento (n = 38)	0,000	0,000
Ocupação Profissional		
Estudante (n = 83)	0,016	0,003
Desempregado (n = 9)	0,000	0,000
Trabalhador do Setor Secundário (n = 26)	0,000	0,000
Trabalhador do Setor Terciário (n = 133)	0,000	0,000
Estado Civil		
Solteiro (n = 143)	0,000	0,000
Casado/União de facto (n = 88)	0,000	0,000
Divorciado/Separado (n = 16)	0,001	0,001
Viúvo (n = 4)	0,000	0,000
Filhos		
Não (n = 141)	0,000	0,000
Sim (n = 110)	0,000	0,000
Tipologia Familiar		
Agregado Unipessoal (n = 14)	0,000	0,000
Família Nuclear Intacta (n = 175)	0,000	0,000
Família Alargada (n = 13)	0,021	0,011
Família Monoparental (n = 42)	0,000	0,000
Família Reconstituída (n = 7)	0,001	0,000
Meio de residência		
Meio rural (n = 90)	0,000	0,000
Meio Urbano (n = 91)	0,000	0,000
Meio Semi-Urbano/Periferia (n = 70)	0,000	0,000
Posição no Agregado Familiar *		
Pai/Mãe (n = 94)	0,000	0,000
Filho/Filha (n = 113)	0,000	0,000
Cônjuge (n = 30)	0,000	0,000
Rendimento Familiar Mensal		
Até 1000€ (n = 34)	0,000	0,000
Entre 1000€ e 1500€ (n = 75)	0,000	0,000
Entre 1500€ e 2000€ (n = 62)	0,000	0,000
Entre 2000€ e 3000€ (n = 50)	0,000	0,000
Mais de 3000€ (n = 30)	0,000	0,000

Nota. N = amostra total; n = nº de participantes; *n (posição no agregado familiar) = 237 uma vez que foram excluídos os indivíduos dos Agregados Unipessoais

Anexo 3 – Análise da Homogeneidade das variáveis (*teste de Levene*)

Análise da homogeneidade das variáveis através do Teste de Levene (N = 251)

<i>Teste de Levene</i>	
Variável	Sig (p)
Sexo	0,000*
Idade	0,739**
Habilitações Literárias	0,627**
Ocupação Profissional	0,000*
Estado Civil	0,144**
Filhos	0,014*
Tipologia Agregado	0,644**
Posição Agregado	0,019*
Meio de Residência	0,126**
Rendimento Familiar	0,294**

Nota. N = amostra total; * = $p < 0,05$; ** = $p > 0,05$

Anexo 4 – Questionário de dados socio-demográficos

Questionário de dados socio-demográficos

Qual é o seu género?

- Masculino
- Feminino

Qual é a sua idade?

- 18 aos 29 anos
- 30 aos 39 anos
- 40 aos 49 anos
- Mais de 50 anos

Quais são as suas habilitações literárias?

- Ensino Primário (4º ano de escolaridade)
- Ensino Básico (9º ano de escolaridade)
- Ensino Secundário (12º ano de escolaridade)
- Ensino Superior (Bacharelato ou Licenciatura)
- Ensino Pós - Graduado (Mestrado, Doutoramento)

Qual a sua ocupação profissional?:

- Estudante
- Desempregado
- Trabalhador do Setor Secundário
- Trabalhador do Setor Terciário

Qual o seu estado civil? :

- Solteiro
- Casado/União de facto
- Divorciado/Separado
- Viúvo

(Se na pergunta anterior seleccionou a opção “casado/em união de facto”, indique há quanto tempo (em anos):

Tem filhos?

- Sim
- Não

Indique quem constitui o seu agregado familiar (com quem vive):

Qual é a sua posição no agregado familiar?:

- Pai/Mãe
- Filho/Filha
- Cônjuge
- Outra

(Se na pergunta anterior seleccionou a opção “outra”, indique qual (a sua posição no agregado): ____

Meio de residência:

- Meio Rural
- Meio Urbano
- Meio semi-urbano, periferia

Rendimento Familiar Mensal:

- Até 1000€
- Entre 1000€ e 1500€

- Entre 1500€ e 2000€
- Entre 2000€ e 3000€
- Mais de 3000€